



Patrimônio, festas e ofícios de rua¹.

Francisco Manoel Rebêlo²
Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP

RESUMO

Este estudo aliando pesquisas teóricas com imagens formou um panorama que concluiu que o patrimônio de um povo/local pode ser formado por inúmeros fatores e componentes, bastando para isso se deixar levar pelas imagens, idéias e ações dos povos que formam nossa cultura e nossa sociedade através dos tempos. Tendo como objetivo de estudo festas e ofícios de rua como componentes do patrimônio local, objetivou-se mostrar como através destes pontos se forma a diversidade cultural e a história/memória de um povo. Conclui-se ainda que o patrimônio, incorporando fatores considerados simples, guarda em si a memória de outra época, de antepassados que cultivaram certas tradições, como no caso dos ofícios de rua e das festas que formam fatores a mais na soma para o contexto de um patrimônio local.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio; festas; ofícios de rua; memória.

Introdução

Na desenvolver das sociedades a cultura se formou através de inúmeros fatores e instrumentos que em harmonia forma a cultura e características de um determinado local.

Pontos como folclore, lendas, profissões características e outros podem fazer de uma cidade um ponto turístico, um atrativo, ou ainda formar toda a cultura daquele lugar. O patrimônio é formado por muitos fatores que reavivem a memória de um povo acerca de suas origens indo desde uma fotografia até uma comida específica, que traz detalhes do começo de uma cultura e até de uma nação.

Neste sentido este artigo tem como foco as festas e ofícios de rua como componentes do patrimônio local de muitas das cidades brasileiras, objetivando mostrar como através destes pontos se forma a diversidade cultural e a história/memória de um povo.

¹ XXXIV Congresso Brasileiro de ciências da comunicação, Intercom 2011

² Mestrando do Curso de Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, email: fm.rebelo@uol.com.br



Ofícios de Rua e Festas como Patrimônio local.

A noção de patrimônio está ligada à memória. Sua origem está em monumento, pessoas, festas e até comidas dedicadas à lembrança de alguma coisa, primitivamente, “acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2001, p. 18) e que tem na sua natureza a propriedade de estabelecer o marco físico de uma memória, permanecendo no tempo e transmitindo às gerações seguintes seu testemunho e sua simbologia. A noção atual de patrimônio abarca e extrapola sua noção primitiva, embotando ao longo do seu desenvolvimento o seu sentido memorial, particularmente em função da importância crescente da arte e do desenvolvimento de outras formas de acumulação da memória e de sua historicização (CHOAY, op.cit.).

Dentro deste cenário está o chamado patrimônio imaterial que representa um novo olhar sobre o patrimônio cultural e, assim como o patrimônio material, vem sofrendo perdas ao longo do tempo, porém, de uma forma mais acelerada devido ao interesse tardio sobre o tema e, devido também, às suas bases estarem, na maioria das vezes, estruturadas na oralidade, havendo, portanto, poucos ou nenhum registro das mesmas. Após décadas de estudos, normatizações e medidas para a salvaguarda do patrimônio cultural material, surgem, na década de 80, as primeiras menções oficiais e de maneira mais específica relacionada ao patrimônio cultural imaterial entendendo que também através de fatos e fatores imateriais se salva e resguarda a cultura de um lugar.

Considerando a cultura como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social destaca-se que a mesma engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, o sistema de valores, as tradições e as crenças”, inserindo neste conceito festas, comidas e ofícios de rua, que podem imortalizar uma forma de vida e de cultura.

Neste sentido destaca-se que

A cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes. (LARAIA, 2003, p. 156)

Entre estas outras artes, as festas folclóricas e certos trabalhos como os ofícios de rua e ofícios tradicionais e regionais acabam por serem encourados como uma forma de patrimônio cultural imaterial.



Em se tratando de festas e patrimônio é possível entender que na história da humanidade, a festa sempre existiu, seja para comemorar a colheita, os tempos da natureza, como a primavera e o outono; em um momento pode celebrar o nascimento de uma pessoa, em outras culturas a morte; o nascimento de um deus, de um herói ancestral, de uma nação, a libertação de um povo, as conquistas políticas, a fertilidade, seja também para cantar e dançar e expandir o desejo de estar vivo, de marcar o calendário através das datas comemorativas, ou o que for; fato é que a festa coloca o homem em sintonia com o convívio coletivo.

Iguais ou diferentes, na festa os homens aprendem o significado do coletivo, de enxergar o outro, de sentir-se cidadão, em nome de um santo, da pátria ou do que for o espaço da festa é território de todos. Ela é motivo de encontro, de retorno, de afirmação, de relacionamento, de convivência. Necessária, ela também escreve as páginas da história e cria uma memória coletiva brincando com os sentidos e os sentimentos, pois nada é mais gratuito e urgentemente humano do que isto. (FONSECA, 1997)

Em se tratando de patrimônio outro termo tem por demais valor e deve ser inserido neste contexto, o termo “preservação” tanto de festas, quanto de tradições e até de determinados ofícios de rua que se mostram como parte da cultura de certos lugares no Brasil.

Logo, da mesma forma que o conceito de patrimônio cultural é ampliado, a concepção de preservação também se modifica. Preservar não remete somente à salvaguarda de objetos de valor histórico ou à paisagem histórica de uma cidade, mas também à continuidade de saberes e conhecimentos passados por gerações sem os quais perde o seu sentido.

Além disso, as políticas de preservação não são neutras e espelham os valores daqueles que fazem as leis e decidem o que ser lembrado e o que ser esquecido.

Determinar o que é digno de preservação é uma decisão político-ideológica, que reflete valores e opiniões sobre quais são os símbolos que devem permanecer para retratar determinada sociedade ou determinado momento, donde os grandes questionamentos sobre quem tem ou deveria ter autoridade para decidir (BARRETTO, 2000, p.13).

Visto que a construção e apropriação do patrimônio cultural são objetos de reprodução desigual entre os grupos sociais que prevalecem como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos (LUCHIARI, 2005), a problemática sobre o que preservar é amplamente debatida em vários campos do conhecimento, da mesma maneira que se discute “como” preservar.

Conforme Falcão (2001) preservar uma festa como sendo culturalmente parte da tradição de um lugar é manter viva uma história é levar valor a um determinado lugar. Pode-se citar como exemplo a festa do Divino, na cidade de Pirenópolis (GO) que ganhou em 2008 o título de patrimônio cultural brasileiro, título dado quando a festa é reconhecida como uma parte da história de um lugar, da cultura de um povo, sendo esta festa em particular também um acontecimento que torna a cidade em particular um foco turístico.

Logo se percebe que preservar costumes, festas e outros fatores não somente atrelados exclusivamente a artes específicas como pinturas e monumentos, pode trazer para uma cidade o marketing de um pólo de hospitalidade, dando valor cultural, histórico e até comercial a um local e seu povo.

Na figura abaixo se nota o desenrolar da festa do Divino em 2011 na primeira imagem e em 1960 na imagem ao lado, retratando a memória do povo local na festa que já se prolonga por mais de 200 anos.

Figura 1 / 2 - Festa do Divino - Pirenópolis – GO –1960 / 2011



Fonte: Arquivo Biblioteca Pyraí, 2011.

Modernizam-se as festas, vestuários e até alguns pontos do desenrolar do protocolo da festa, mas a tradição, a preservação dos costumes continua, tornando-se e fortificando-se o patrimônio da cidade.

Partindo neste ponto para outro adicional que também contribui em muito para a formação do patrimônio de cidades e culturas analisa-se o chamado “ofício de rua” que nada mais é do que aquele trabalho que desde os tempos mais remotos do desenvolvimento da sociedade no Brasil se efetiva nas calçadas, nas ruas das mais diversas cidades retratando de certa forma uma cultura que pode ser preservada como símbolo de uma tradição tornando-se igualmente patrimônio cultural.

Exemplos destes ofícios de rua são amoladores de facas/alicates, cozinheiras de diversos tipos de comidas, muitas consideradas típicas, ofícios estes que se destacaram desde a libertação dos escravos que já não tinha mais em que empenhar seus esforços e muitas vezes, sendo cozinheiras de “muitos sabores”, passavam a oferecer nas calçadas seus pratos que atravessaram a história brasileira e hoje em alguns Estados se faz como patrimônio cultural como é o caso da moqueca capixaba e do acarajé, ambos considerados patrimônios culturais e imateriais, e ambos feitos inicialmente através de ofícios de rua, que atravessaram o tempo se constituindo hoje como parte da história de um povo.

A moqueca capixaba hoje já não mais preserva o ofício de rua no seu preparo, mas o acarajé ainda mantém a tradição e em muitos lugares da Bahia é feito na rua aos olhos do freguês.

Figura 2 – Acarajé – comida e ofício de rua



Fonte: Disponível em <http://www.acirv.org/hp/revista.asp?id=19&tipo=geral>

Assim já nestas primeiras imagens e textos acima discutidos é possível verificar o impacto dos ofícios de rua e das festas no patrimônio cultural de uma localidade, na

preservação da história, cultura e modo de vida de um povo, formando sua identidade cultural.

Metodologia

Leite (2001) propõe uma metodologia de interpretação de fotografias que será neste estudo referencia para o tema estudado, onde se aponta a necessidade de relacionar o conteúdo registrado com o que não se vê, a dedução, o que permite articular o conteúdo interno e externo às fotos:

A leitura da mensagem visual depende simultaneamente de uma compreensão global e de uma análise de pormenores. Mesmo sem levar em conta todos os detalhes, é possível chegar ao sentido global, ainda que com alteração de articulações parciais de seus elementos. Contudo elementos isolados podem não ter significado. Em alguns casos, somente suas combinações poderão ser ligadas de diversas maneiras. O significado da imagem pode depender da identificação de processos diferenciados de interpretação, relativos aos níveis que se atinja ao nível latente. A fruição e a reflexão são práticas simultâneas no processo de leitura da comunicação não verbal e trazem para o processo não apenas o conteúdo explícito da imagem, mas a formação cultural e intelectual do leitor (LEITE, 2001, p158).

Neste artigo, através das imagens pode se ter um cenário não descrito somente em palavras, evidenciando o que propõe Leite (2001), a comunicação não verbal da fotografia no processo de sua interpretação, não só o conteúdo explícito da imagem, mas a formação cultural e intelectual, no caso, sua visão de mundo. Para compreender o tema através da fotografia, a presente análise também contempla a verificação de estudos bibliográficos já efetivados na mesma linha de estudo.

Inicialmente a fotografia foi adotada como o registro fiel do real, ganhou *status* de verdade, pois se acreditava em seu poder de reproduzir exatamente a realidade exterior. À essa modalidade de registro foi conferido caráter documental, sendo-lhe associado o caráter de reprodução fiel e imparcial da vida social. Atualmente, todavia, esse caráter é questionado, visto que nem sempre podemos estar seguros da realidade fotográfica.

Toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época (KOSSOY, 2003, p. 36).

A metodologia da análise iconológica proposta por Kossoy (2001) engloba o estudo da tecnologia fotográfica (materiais fotossensíveis, equipamentos e técnicas empregados para a obtenção do registro, diretamente pela ação da luz); a interpretação do significado do conteúdo registrado (assunto), no que contempla o local (espaço geográfico) e o

momento em que se deu o registro (tempo cronológico); e a abordagem da biografia do fotógrafo.

Nesse sentido, ressalta-se que a presente abordagem não se reduz à análise iconográfica, que segundo o referido autor é a análise do registro visual, a expressão, isto é, o conjunto de informações visuais que compõem o seu conteúdo, mas procura relacionar o contexto temporal a estudos bibliográficos que formam uma base teórica auxiliando na análise ora proposta.

Análise das imagens e resultados

Ja inseridas no texto duas imagens mostram fatos importantes e impactantes nas histórias de suas devidas localidades formando um patromônio e uma herança cultural local. Primeiro na imagem 1 foi possível verificar a constância do costume de se festejar da mesma forma a Festa do Divino, em Pirenópolis – GO, através de duas fotografias uma de 1960 e outra de 2011.

Quando se coloca duas fotos deste tipo lado a lado se percebe que a tradição permanece, os detalhes se mantêm, as vestimentas para a festa são preservadas, ainda que a tecnologia de feitiços, cores e tecidos mudem, a tradição dos detalhes pode ser vistas nestas duas imagens lado a lado, mostrando a relevância da preservação do costume para a formação de um patrimônio cultural.

Na imagem seguinte, retrata-se um ofício de rua que através de sua persistência em existir nas ruas da Bahia, tornou o seu produto um patrimônio cultural brasileiro, evidenciando a presença da baiana nas ruas da Bahia com seus ofícios de rua levando a todos sua comida garantindo desde muitos e muitos anos atrás seu sustento.

Abaixo tem-se a imagem 3 – retratando uma vendedora de peixe frito, novamente reforçando o que foi comentado na parte da análise de textos acima feita, onde através do oferecimento daquilo que a pessoa sabe fazer, nas ruas da cidade, tem-se uma imagem que permanece através da história atrelada a imagem da cidade, tornando-se parte dela, constituindo-se um patrimônio local.

Figura 3 – Vendedora de Peixe Frito



Fonte: Francisco Rebêlo 1940 (acervo da família Rebêlo)

Em outra imagem que traduz o ofício de rua através dos tempo, tem-se um outro tipo de alimento, também feito a “ceu aberto” como forma tradicional de se oferecer o chamado “mungunza” – espécie de papa, feita com grãos de milho debulhados, temperados com leite de coco ou de vaca, sal e/ou açúcar – típico de certas cidades do Nordeste do Brasil, onde nas ruas é possível ainda se ver pessoas fazendo e vendendo este prato como um dos ofícios de rua (cozinhar/vender) mais antigos no Brasil, que permaneceu através da história como uma forma de sustento, mas que devido a sua constância passou a fazer parte da paisagem de muitas cidades brasileiras.

Figura 4 – Vendedora de Mungunzá



Fonte: Francisco Rebêlo 1940 (acervo da família Rebêlo)

Na imagem seguinte outra festa que atravessou os tempos e a história fazendo parte do patrimônio cultural e imaterial no Brasil mostra através de imagens que esta festa desenvolveu-se com o passar dos tempos, mas concretizou-se em detalhes, raízes, costumes, e objetivos, para se tornar parte da hostria de um povo. Na primeira imagem data-se de 1915 e na segunda de 2011.

Figura 5 – Festa da Boa Morte – desde 1820



Em sequência volta-se a ofícios de rua, onde na imagem abaixo retrata-se a vendedora de milho assado, que através dos tempos também deixa sua presença inserida na cultura local como forma de memória antiga de seus antepassados que realizavam o mesmo ofício fortalecendo o patrimônio, a cultura e a memória histórica de um local.

Figura 6 – Vendedora de milho assado



Fonte: Francisco Rebêlo 1940 (acervo da família Rebêlo)



Considerações Finais

As considerações que serão apresentadas neste ponto foram formadas paulatinamente no decorrer da elaboração do presente trabalho. O objetivo é tentar contribuir, de certa forma, para uma maior reflexão sobre o assunto.

O intuito não é concluir, pois o estudo sobre essa temática é amplo e diferentes questões surgirão em outros trabalhos. É possível que apareçam alguns assuntos elusivos que, talvez no futuro, possam ser temas de novos estudos, no entanto tenta-se fazer um “arremate” das idéias e debates levantados no decorrer do presente artigo.

Assim concluindo-se que o patrimônio de um local é formado por muito mais do que monumentos, praças, edifícios, estatuas, hinos ou personagens históricos.

O patrimônio, como analisado neste artigo pode ir muito além, incorporando fatores considerados simples, por muitos até insignificantes, mas que guardam em si a memória de outra época, de antepassados que cultivaram certas tradições, como no caso dos ofícios de rua, onde a baiana vende, literalmente há séculos, seu acarajé pelas ruas das cidades da Bahia, mantendo uma tradição, fornecendo um sabor culturalmente histórico e fortalecendo uma cultura e uma memória histórica.

Da mesma forma acontece com as festas que formam fatores a mais na soma para o contexto de um patrimônio local, como no caso da festa da Boa Morte, que atravessando séculos, traz desde o ano de 1820 características marcantes e a história da fé de um povo.

Aliando estudos teóricos relevantes ao tema estudado com imagens que dizem muito mais do que o que se pode ver, este estudo formou um panorama que concluiu que o patrimônio de um povo/local pode ser formado por inúmeros fatores e componentes, bastando para isso se deixar levar pelas imagens, idéias e ações dos povos que formam nossa cultura e nossa sociedade através dos tempos.

Bibliografia



- BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural**. 6 ed. Campinas: Papirus, 2000.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2001.
- FALCÃO, Joaquim. **Patrimônio Imaterial: Um sistema Sustentável de proteção**. In: Patrimônio Imaterial. Rio de Janeiro: ORDECC, 2001.
- FONSECA, Maria Cecília Lourdes. **O patrimônio em processo**. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LARAIA, Roque. **Palestra: Cultura e Turismo – Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003.
- LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família**. Leitura da fotografia histórica. São Paulo: Edusp, 1993.
- LUCHIARI, M.T.D.P.. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. In: **GEOUSP: espaço e tempo**. São Paulo, n.17, pp. 95-105, 2005.

